

LEI Nº 2.690 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2019.**

VILMAR KAISER, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO XAVIER, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Capítulo I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no Art. 83, § 3º da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2019, compreendendo:

- I – as metas e riscos fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2019/2021;
- III – a organização e estrutura do orçamento;
- IV – as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- V – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais; VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII – as Disposições Relativas ao Regime de Execução das Emendas Individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual;
- IX – as disposições gerais.

§ 1º - As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

- I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;
- II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população.

§ 2º - A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2019, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

- I – priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;
- II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;
- III – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei.

Capítulo II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar Nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I, composto dos seguintes demonstrativos:

I – das metas fiscais anuais de acordo com o Art. 4º, § 1º, da LC Nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II – da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2016;

III – das metas fiscais previstas para 2019, 2020 e 2021, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018;

IV – da evolução do patrimônio líquido, conforme o Art. 4º, § 2º, inciso III, da LC Nº 101/2000;

V – da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no Art. 4º, § 2º, inciso III, da LC Nº 101/2000;

VI – da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o Art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar Nº 101/2000;

VII – da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme Art. 4º, § 2º, inciso V, da LC Nº 101/2000;

VIII – da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar Nº 101/2000.

§ 1º - As metas fiscais estabelecidas no Anexo I desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º - Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata o inciso I do Caput deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º - Durante o exercício de 2019, a meta resultado primário prevista no demonstrativo referido no inciso I do caput, poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos Arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 4º - Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 5º - Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no Art. 9º, § 4º, da LC Nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparadas com as metas ajustadas.

Art. 3º - Estão discriminados, no Anexo II, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao Art. 4º, § 3º, da LC Nº 101/2000.

§ 1º - Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2019, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º - Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2019 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º - Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 4º - Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

Capítulo III DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2019/2021 - Lei Nº 2.606, de 22 de agosto de 2017.

§ 1º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

§ 2º - As metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2019 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 3º - Na hipótese prevista no § 2º, as alterações do Anexo de Metas e Prioridades serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo IV DE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional.

§ 1º - Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999 e suas atualizações.

§ 3º - A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no Art. 14 da Lei Federal Nº 4.320/64.

§ 4º - As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

Art. 6º - Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo Único - As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal Nº 4.320/64, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do Art. 15, § 1º, da Lei Federal Nº 4.320/64.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do Art. 165 da Constituição Federal, no § 8º do Art. 87 da Lei Orgânica do Município e no Art. 2º, da Lei Federal Nº 4.320/64, e será composto de:

- I - texto da Lei;
- II – consolidação dos quadros orçamentários.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no Art. 22, inciso III, da Lei Federal Nº 4.320/64, os seguintes quadros:

- I – discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- II – demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no Art. 12 da LC Nº 101/2000;
- III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o Art. 5º, inciso II, da LC Nº 101/2000;
- IV – demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme Art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;
- V – demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do Art. 2º da Lei Federal Nº 4.320/64;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o Art. 5º, inciso I, da LC Nº 101/2000;

VII – demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos Arts. 19 e 20 da LC Nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII – demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX – demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X – demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI – demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o Art. 29-A da Constituição Federal, de acordo com a metodologia prevista no § 2º do Art. 13 desta Lei.

Art. 9º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I – relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2019, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II – resumo da política econômica e social do Governo;

III – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do Art. 22 da Lei Federal Nº 4.320, de 1964;

IV – memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V – demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2018 e a previsão para o exercício de 2019;

VI – relação dos precatórios a serem cumpridos em 2019 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VII – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas na forma estabelecida pelo Art. 11 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

Capítulo V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 10 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos.

Parágrafo Único - Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria da Fazenda, até 31 de outubro de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, observadas as disposições desta Lei.

Art. 11 - A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2019 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Para fins de atendimento ao disposto no Art. 48, § 1º, I, da LC Nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º - A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 12 - Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

Parágrafo Único - A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, e observada a respectiva legislação pertinente, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

Art. 13 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2019.

§ 1º - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º - Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 19/2016 do Tribunal de Contas do Estado, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14 - Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I – atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o Art. 3º desta lei.

II – cobertura de créditos adicionais;

III – atender ao disposto no Art. 58 desta lei.

§ 1º - A reserva de contingência, de que trata o inciso I do *caput*, será fixada em, no mínimo, 0,5% (cinquenta centésimo por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º - Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma dos incisos I e III do *caput* não precisarão ser utilizadas para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos Arts. 41, 42 e 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

§ 3º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Art. 15 - Observado o disposto no Art. 45 da Lei Complementar Nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2019 se:

I – tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II – a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o Art. 16, I e II, da LC Nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da LC Nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do Art. 24 da Lei Nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º - No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2019, em cada evento, não exceda a 10 vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 17 - A compensação de que trata o Art. 17, § 2º, da LC Nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do Art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2019 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos nos Arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC Nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo de que trata o Art. 2º, VIII, dessa Lei.

Art. 18 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o Art. 50, § 3º, da LC Nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatórios os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

I – dos programas finalísticos e respectivas ações previsto no Plano Plurianual;

II – do m² das construções e do m² das pavimentações;

III – do custo aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar e do custo aluno/ano com merenda escolar;

IV – do custo da destinação final da tonelada de lixo;

V – do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

§ 1º - O controle de custos de que trata o *caput* será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º - Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 3º - Os relatórios referidos no *caput* deverão ser disponibilizados em meio eletrônico de acesso ao público, em até 30 dias contados da data de sua emissão.

Art. 19 - As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do Art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

§ 1º - Para fins de realização da audiência pública prevista *caput*, e em conformidade com o Art. 9º, § 4º, da LC Nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 3 dias antes da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 2º - Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção II

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 20 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

- I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- II – das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;
- III – de aportes financeiros de recursos do Orçamento Fiscal;
- IV – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

Parágrafo Único - O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no Art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 21 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º - O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterà:

I – metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o Art. 9º, § 4º da LC Nº 101/2000;

II – metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no Art. 13 da LC Nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III – cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no Art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 22 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, e observado o disposto no § 2º do Art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V – diárias de viagem;

VI – festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza; VII – despesas com publicidade institucional;

VIII – horas extras.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2018, observada a vinculação de recursos.

§ 2º - Não serão objeto de limitação de empenho:

I – despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do Art. 9º da LC Nº 101/2000 e do Art. 28 da Lei Complementar Federal Nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III – as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV – as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no Art. 24 desta Lei.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º - Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

§ 5º - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no Art. 9º, § 1º, da LC Nº 101/2000.

§ 6º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do Art. 65 da LC Nº 101/2000.

Art. 23 - O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º - Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadadas através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º - Ao final do exercício financeiro de 2019, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo.

§ 3º - O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2019.

Art. 24 - Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º - A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 25 - A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º - A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º - A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2019, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 26 - Para efeito do disposto no § 1º do Art. 1º e do Art. 42 da LC Nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo Único - No caso de despesas relativas à obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Seção IV **DAS DIRETRIZES SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

Art. 27 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal Nº 4.320/64.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o Art. 43, § 3º, da Lei Federal Nº 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais, conforme exigência contida no Art. 8º, parágrafo único, da LC Nº 101/2000.

§ 2º - Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2019 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º - Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I – superávit financeiro do exercício de 2018, por fonte de recursos;
- II – créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2019;
- III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º - Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do Art. 43 da Lei Federal Nº 4.320/64, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2019, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º - Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 05 dias, a contar do recebimento da solicitação.

§ 7º - As solicitações de que trata o § 6º serão acompanhadas da exposição de motivos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 28 - No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal Nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 29 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no Art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 31 de dezembro de 2019.

Art. 30 - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no Art. 6º desta Lei.

Parágrafo Único - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 31 - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Seção V **DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS**

Subseção I **DAS SUBVENÇÕES ECONÔMICAS**

Art. 32 - A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos Arts. 26, 27 e 28 da Lei Complementar Nº 101/2000.

§ 1º - Em atendimento ao disposto no Art. 19 da Lei Federal Nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º - As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “*caput*” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 33 - No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida Art. 26 da Lei Complementar Nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Subseção II DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 34 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos Arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal Nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção III DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL

Art. 35 - A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

- I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;
- II – estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2019; ou
- III – sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo Único - No caso dos incisos I e II do *caput*, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.

Art. 36 - A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o Art. 12, § 6º, da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Subseção IV DOS AUXÍLIOS

Art. 37 - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no Art. 12, § 6º, da Lei Federal Nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

- I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;
- II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
- III – voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
- IV – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal Nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
- V – qualificadas como Organizações Sociais – OS, com contrato de gestão celebrado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal Nº 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;
- VI – qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VII – destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Nº 13.146/2015;

VIII – constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal Nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal Nº 7.404/2010; e

IX – voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

§ 1º - No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º - No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Art. 38 - Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal Nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no Art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do Art. 12 da Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo Único - Caberá a Assessoria Jurídica do Município verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 39 - É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 40 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo Único - Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade;

II – nome, função e CPF dos dirigentes;

III – área de atuação;

V – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congêneres;

VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 41 - Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal Nº 11.107/2005.

Art. 42 - As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no Art. 50, inciso II, da Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 43 - Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

- I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;
- II – desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo Único - Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Seção VI **DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E REFINANCIAMENTOS**

Art. 44 - Observado o disposto no Art. 27 da LC Nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros e outros encargos incorrido no ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

- I – concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;
- II – pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;
- III – formalização de contrato;
- IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º - No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

- I – desenvolvam projetos de responsabilidade sócioambiental;
- II – integrem as cadeias produtivas locais;
- III – empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no Art. 110 da Lei Federal Nº 8.213/1991;
- IV – adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros.

§ 2º - Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º - As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 45 - A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 46 - O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no Art. 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 47 - No exercício de 2019, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no Art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC Nº 101/2000.

§ 1º - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de julho de 2018, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no Art. 50 desta Lei.

§ 2º - A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do Art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 48 - Para fins dos limites previstos no Art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da LC Nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 19/2016 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 49 - Para fins de atendimento ao disposto no Art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 50 - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos Arts. 20 e 22, parágrafo único, da LC Nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos Arts. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I – conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II – criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
- IV – prover cargos em comissão e funções de confiança;
- V – melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
- VI – proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
- VII – proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII – melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º - No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos Arts. 16 e 17 da LC N° 101/2000, as seguintes informações:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II – declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 2º - No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de 06 meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º - No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos Arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º - Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 51 - Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;

II – as situações de risco iminente à saúde e segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Capítulo VIII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 52 - As receitas serão estimadas e discriminadas:

I – considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II – considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2019, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 53 - Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do Art. 52, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 54 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º - A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

- a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º - Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos Arts. 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º - Não se sujeita às regras do § 1º a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 55 - Conforme permissivo do Art. 172, inciso III, da Lei Federal Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do § 3º do Art. 14, da Lei Complementar Nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO REGIME DE EXECUÇÃO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS

Art. 56 - O regime de execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária de que tratam os §§ 9º a 18 do Art. 166 da Constituição da República atenderão ao disposto neste Capítulo.

Art. 57 - É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado os limites estabelecidos no § 9º do Art. 166 da Constituição.

§ 1º - Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º - A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 16 do Art. 166 da Constituição.

§ 3º - Se, durante o exercício financeiro de 2019, for verificada a frustração de receitas na forma estabelecida pelos §§ 3º e 4º do Art. 2º desta Lei, o montante previsto no Art. 58 poderá ser reduzido na mesma proporção.

§ 4º - Será considerada como não aprovada, a emenda individual que exceda os limites estabelecidos pelo § 6º do Art. 166 da Constituição da República, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência de que trata o Art. 58 desta Lei.

Art. 58 - Para fins de atendimento ao disposto no Art. 57, sem prejuízo da redução prevista no seu § 3º, o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 conterà reserva de contingência específica em valor equivalente 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida de 2018, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.

Parágrafo Único - Para fins de cálculo do valor de que trata o caput, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 59 - Para fins do disposto no § 12 do Art. 166 da Constituição, consideram-se impedimentos de ordem técnica:

I – não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda;

II – não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção V do Capítulo V desta Lei, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições;

III – desistência expressa do autor da emenda;

IV – incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

V – no caso de emendas relativas à execução de obras, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico financeiro de execução do projeto;

VI – a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei;

VII – a não indicação da Reserva de Contingência referida no Art. 58 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais.

§ 1º - Os casos de impedimentos de ordem técnica que trata este artigo serão comunicados formalmente pelo Poder Executivo, observado o disposto no § 14 do Art. 166 da Constituição.

§ 2º - As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 20 de novembro de 2019 poderão ser utilizadas como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal Nº 4.320, de 1964.

Art. 60 - Caberá à contabilidade do Município, através de registros contábeis específicos, ou através de codificação a ser introduzida no sistema de execução financeira e orçamentária, identificar e acompanhar a execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta Seção.

Capítulo X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61 - Para fins de atendimento ao disposto no Art. 62 da LC Nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 62 - As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei Nº 2.606/2017 - Plano Plurianual 2019/2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do Art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

§ 2º - Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do Art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com esta lei:

I – as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II – as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III – as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito.

§ 3º - Para fins do disposto no Art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso I do Art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019, ficarem sem despesas correspondentes.

§ 4º - O disposto neste artigo aplica-se no que couber às emendas sujeitas ao regime de execução de que trata o Capítulo IX desta lei.

Art. 63 - Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 64 - Em consonância com o que dispõe o § 5º do Art. 166 da Constituição Federal e o Art. 87 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 65 - Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2017, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

§ 3º - Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2019, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 66 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO XAVIER
EM 23 DE OUTUBRO DE 2018.**

VILMAR KAISER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ADRIANA GUEDES KAISER
Secretária Municipal de Administração

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	6,29%	3,92%	3,58%	4,07%	4,02%	3,94%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,60%	0,53%	2,43%	3,01%	2,68%	2,64%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	6,91%	-0,15%	4,24%	3,67%	2,59%	3,50%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	11,00%	12,60%	6,27%	9,96%	9,61%	8,61%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	22,76%	1,15%	26,05%	16,65%	14,61%	19,10%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	12,08%	-6,56%	-3,32%	0,00%	0,00%	0,00%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	17,69%	-7,02%	10,57%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	203,32%	-36,64%	73,41%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	13,75%	10,18%	6,50%	7,31%	8,09%	8,08%

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 2015	ARRECADADA 2016	ARRECADADA 2017	REESTIMADO 2018	PROJETADO 2019	PROJETADO 2020	PROJETADO 2021
1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receitas Correntes	27.207.896,92	33.255.250,91	32.171.137,98	34.409.751,00	39.451.835,00	43.283.600,00
1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.682.201,18	2.110.371,83	2.228.451,96	2.942.790,00	4.096.480,00	5.070.900,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	289.760,03	443.969,06	488.874,01	579.100,00	660.100,00	786.980,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	16.919,85	10.551,80	31.372,56	33.050,00	37.600,00	55.400,00
1.1.1.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Demais Impostos	1.161.347,20	1.394.145,25	1.440.702,69	1.797.940,00	2.129.710,00	2.539.000,00
1.1.2.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Taxas	214.174,10	261.705,72	267.502,70	532.700,00	608.770,00	898.300,00
1.1.3.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Contribuições	851.936,53	1.013.451,24	996.740,25	1.081.900,00	1.204.000,00	1.379.700,00
1.2.1.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Contribuições Sociais	652.638,46	802.912,15	789.432,47	805.700,00	936.000,00	1.074.400,00
1.2.1.0.04.0.0.0.0.0.0.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	652.638,46	802.912,15	789.432,47	805.700,00	936.000,00	1.074.400,00
1.2.1.0.06.0.0.0.0.0.0.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0.0.0.0.0.00	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.00.0.0.0.0.0.0.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	199.298,07	210.539,09	207.307,78	276.200,00	268.000,00	305.300,00
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receita Patrimonial	2.308.766,56	3.657.122,43	3.117.699,80	2.479.034,00	2.401.756,00	2.736.200,00
1.3.1.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-	-	-
1.3.2.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Valores Mobiliários	2.300.430,08	3.648.676,83	3.108.534,26	2.469.634,00	2.391.256,00	2.724.300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	99.141,84	132.571,15	92.034,26	44.208,00	78.056,00	88.800,00
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	112.047,16	112.792,33	131.706,33	125.426,00	62.900,00	71.500,00
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.089.241,08	3.403.313,35	2.884.793,67	2.300.000,00	2.250.300,00	2.403.400,00
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.00.0.0.0.0.0.0.00	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Demais Receitas Patrimoniais	8.336,48	8.445,60	9.165,54	9.400,00	10.500,00	11.200,00
1.4.0.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Receita de Serviços	209.199,26	554.617,80	191.415,44	225.324,00	281.430,00	319.900,00
1.6.4.0.01.1.0.00.00 + 1.6.4.0.03.1.0.00.00	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv.Econômico	984,48	1.494,22	778,67	5.324,00	10.230,00	11.000,00
1.6.0.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Demais Serviços	208.214,78	553.123,58	190.636,77	220.000,00	271.200,00	308.900,00
1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências Correntes	22.002.178,11	25.633.300,84	25.506.984,42	27.436.109,00	29.985.395,00	33.518.100,00
1.7.1.0.00.0.0.0.0.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	11.772.811,34	13.511.944,51	13.226.652,36	13.582.978,00	15.037.291,00	16.619.100,00

1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	8.471.072,87	9.683.491,06	9.225.325,29	9.485.870,00	10.800.000,00	10.891.000,00	11.900.000,00
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro	371.451,27	427.935,63	410.119,76	472.900,00	497.800,00	502.000,00	611.900,00
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	100.259,09	286.689,72	423.134,55	472.900,00	497.800,00	502.000,00	611.900,00
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	25.366,85	28.725,27	32.053,22	26.500,00	26.500,00	27.700,00	28.200,00
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	94.983,05	81.470,38	107.160,81	123.900,00	110.080,00	111.015,00	113.200,00
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Unico de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	1.824.941,37	2.078.588,34	1.859.881,99	2.037.856,00	2.110.331,00	2.195.000,00	2.281.000,00
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	274.654,76	287.952,90	555.473,04	310.200,00	318.800,00	331.600,00	344.600,00
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	550.537,64	532.566,05	544.149,74	566.140,00	577.080,00	600.200,00	623.800,00
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	35.404,92	38.661,34	35.650,20	39.095,00	43.100,00	43.400,00	44.200,00
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	24.139,52	65.863,82	33.703,76	47.617,00	55.800,00	58.043,00	60.300,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.759.154,60	8.136.459,34	7.926.960,86	9.241.600,00	9.984.904,00	10.703.715,00	11.806.800,00
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.872.335,98	5.949.224,22	5.740.145,35	6.796.160,00	7.400.000,00	7.970.000,00	8.869.000,00
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	903.913,95	894.683,86	856.947,24	949.823,00	1.086.000,00	1.169.700,00	1.301.600,00
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	90.102,63	74.250,97	85.718,20	109.417,00	107.700,00	115.900,00	128.900,00
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	7.492,70	20.645,40	28.711,80	30.000,00	30.000,00	32.300,00	35.900,00
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	302.076,30	515.754,12	584.100,82	686.660,00	686.460,00	714.015,00	742.100,00
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	530.306,00	656.743,56	621.404,96	619.440,00	623.644,00	648.700,00	674.200,00
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	52.927,04	25.157,21	9.932,49	50.100,00	51.100,00	53.100,00	55.100,00
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	88.461,99	105.000,00	70.700,00	73.500,00	76.300,00
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	2.500,00	8.526,15	14.500,00	14.500,00	15.082,00	15.600,00
1.7.5.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	70.000,00	70.000,00	49.900,00	68.800,00
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	3.465.393,63	3.960.938,20	4.243.378,37	4.426.931,00	4.793.000,00	4.833.000,00	4.929.000,00
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	4.818,54	21.458,79	13.004,69	15.000,00	15.000,00	15.600,00	16.200,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	153.615,28	286.386,77	129.846,11	244.594,00	239.764,00	249.200,00	258.800,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	766,01	13.800,00	14.500,00	15.000,00	15.500,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	25.438,62	98.364,12	83.476,19	83.500,00	99.964,00	103.900,00	107.900,00
1.9.2.2.01.2.0.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	25.438,62	98.364,12	83.476,19	83.500,00	99.964,00	103.900,00	107.900,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	128.176,66	188.022,65	45.603,91	147.294,00	125.300,00	130.300,00	135.400,00
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	81.682,86	150.212,10	31.360,04	145.644,00	123.600,00	128.500,00	133.500,00
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	28,47	492,83	1.707,42	1.400,00	1.700,00	1.800,00	1.900,00
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-

1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	46.465,33	37.317,72	12.536,45	250,00	-	-	-
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	1.087.066,59	407.336,85	505.578,10	1.079.726,00	938.781,00	64.001,00	68.100,00
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	455.320,02	-	240,85	-	-	-	-
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	-	-	400.000,00	-	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	400.000,00	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	8.484,00	4.960,00	444,00	2.976,00	-	-	-
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	585.896,34	370.546,00	485.651,11	1.055.850,00	533.781,00	58.800,00	62.700,00
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	455.091,00	370.546,00	415.651,11	1.055.850,00	533.781,00	58.800,00	62.700,00
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	120.905,34	-	-	-	-	-	-
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	9.900,00	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	70.000,00	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	37.366,23	31.830,85	19.242,14	20.900,00	5.000,00	5.201,00	5.400,00
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal	37.366,23	31.830,85	19.242,14	20.900,00	5.000,00	5.201,00	5.400,00
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	2.210.176,99	2.560.201,74	2.287.467,44	2.098.000,00	2.675.266,00	2.854.200,00	3.070.400,00
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	- 3.061.175,94	- 3.633.718,77	- 3.443.540,79	- 3.684.573,00	- 3.897.660,00	- 4.048.741,00	- 4.459.785,00
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos	(75.264,97)	(71.352,57)	(80.512,85)	(200.000,00)	-	-	-
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(2.903.310,44)	(3.333.813,12)	(3.194.781,04)	(3.481.373,00)	(3.892.660,00)	(4.043.540,00)	(4.454.380,00)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente	(77.387,41)	(227.483,10)	(166.637,21)	-	-	-	-
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital	(5.213,12)	(1.069,98)	(1.609,69)	(3.200,00)	- 5.000,00	- 5.201,00	- 5.405,00
	TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	27.443.964,56	32.589.070,73	31.520.642,73	33.902.904,00	37.264.912,00	38.321.295,00	41.962.315,00

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

Memória de Cálculo das Estimativas das Despesas

Valores em R\$ 1,00

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS		REALIZADA 2015	REALIZADA 2016	REALIZADA 2017	REESTIMADO 2018	PROJETADO 2019	PROJETADO 2020	PROJETADO 2021
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	22.466.299,50	25.509.287,21	27.428.266,97	29.938.908,25	31.884.509,00	34.328.000,00	37.439.543,20
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.107.395,93	17.101.090,09	17.746.197,34	19.134.402,00	22.011.392,00	23.094.500,00	24.761.935,90
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	10.642.856,43	12.015.725,50	12.076.900,83	12.954.630,00	14.902.310,00	15.902.000,00	17.106.879,76
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	717.885,43	758.170,87	822.530,08	858.315,00	973.800,00	1.039.100,00	1.117.831,64
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	1.758.053,15	2.274.822,69	2.697.356,02	3.064.600,00	3.468.616,00	3.701.400,00	3.981.851,64
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.988.600,92	2.052.371,03	2.149.410,41	2.256.857,00	2.666.666,00	2.452.000,00	2.555.372,87
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	188.092,63	255.489,62	139.627,65	90.100,00	78.360,00	84.600,00	91.435,68
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	188.092,63	255.489,62	139.627,65	90.100,00	78.360,00	84.600,00	91.435,68
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.170.810,94	8.152.707,50	9.542.441,98	10.714.406,25	9.794.757,00	11.148.900,00	12.586.171,61
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	6.856.521,33	7.809.883,30	9.109.537,97	10.004.042,25	9.135.193,00	10.397.000,00	11.737.339,67
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	148.038,32	173.904,82	245.130,38	512.000,00	454.000,00	517.600,00	584.326,92
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	166.251,29	168.919,38	187.773,63	198.364,00	205.564,00	234.300,00	264.505,02
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	946.691,49	2.044.090,29	1.158.979,30	1.695.264,50	2.057.157,00	2.644.810,00	2.749.015,51
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	438.887,60	1.343.027,35	910.728,67	1.634.060,00	2.007.157,00	2.592.800,00	2.694.956,32
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executvi / Indiretas	426.547,36	1.321.122,36	895.931,77	1.600.000,00	1.943.942,00	2.501.500,00	2.600.059,10
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	12.340,24	21.904,99	14.796,90	34.060,00	60.715,00	87.700,00	91.155,38
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	2.500,00	3.600,00	3.741,84
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	6.300,00	-	3.480,00	5.204,50	10.000,00	10.402,00	10.811,84
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	6.300,00	-	3.480,00	5.204,50	10.000,00	10.402,00	10.811,84
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executvi / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	501.503,89	701.062,94	244.770,63	56.000,00	40.000,00	41.608,00	43.247,36
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	501.503,89	701.062,94	244.770,63	56.000,00	40.000,00	41.608,00	43.247,36
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESSULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA	-	-	-	-	1.224.760,00	1.354.885,00	1.736.927,65
9.9.99.99.99.99.02	RESSULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA	-	-	-	-	2.308.486,00	2.445.600,00	2.592.201,50
	TOTAL DAS DESPESAS	23.412.990,99	27.553.377,50	28.587.246,27	31.634.172,75	37.264.912,00	40.773.295,00	44.517.687,87

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 12/2017, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	32.171.137,98	34.409.751,00	37.548.525,00	39.451.835,00	43.283.600,00
II - DEDUÇÕES	7.508.846,26	7.544.867,00	7.900.260,00	8.406.020,00	9.255.880,00
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	429.237,27	612.150,00	697.700,00	831.780,00	1.029.600,00
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	789.432,47	805.700,00	936.000,00	998.800,00	1.074.400,00
Compensação Financeira entre Regimes	31.360,04	145.644,00	123.600,00	128.500,00	133.500,00
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	2.816.885,38	2.300.000,00	2.250.300,00	2.403.400,00	2.564.000,00
Deduções da Receita Corrente	3.441.931,10	3.681.373,00	3.892.660,00	4.043.540,00	4.454.380,00
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	24.662.291,72	26.864.884,00	29.648.265,00	31.045.815,00	34.027.720,00

Município de Porto Xavier - RS
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

PODER EXECUTIVO			
	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	16.010.063,10	16.764.740,10	18.374.968,80
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	15.209.559,95	15.926.503,10	17.456.220,36
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	14.409.056,79	15.088.266,09	16.537.471,92

PODER LEGISLATIVO			
	2019	2020	2021
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.778.895,90	1.862.748,90	2.041.663,20
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.689.951,11	1.769.611,46	1.939.580,04
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.601.006,31	1.676.474,01	1.837.496,88

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

- a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;
- b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:
- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

TABELA 03 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.131.880,43	886.293,03	946.000,10	988.057,85	940.116,99	958.058,32
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	1.131.880,43	886.293,03	946.000,10	988.057,85	940.116,99	958.058,32
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	3.400.234,01	3.072.743,77	2.875.308,10	3.116.095,29	3.021.382,39	3.004.261,93
Disponibilidade da Caixa Bruta	2.396.645,64	2.583.906,19	2.465.308,10	2.481.953,31	2.510.389,20	2.485.883,54
(-) Restos a Pagar Processados	281.649,17	672.643,71	540.000,00	498.097,63	570.247,11	536.114,91
Demais Haveres Financeiros	1.285.237,54	1.161.481,29	950.000,00	1.132.239,61	1.081.240,30	1.054.493,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(2.268.353,58)	(2.186.450,74)	(1.929.308,00)	(2.128.037,44)	(2.081.265,39)	(2.046.203,61)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	240,85	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	255.489,62	139.627,65	90.100,00	78.360,00	84.600,00	91.435,68
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	701.062,94	244.770,63	56.000,00	40.000,00	41.608,00	43.247,36

Fonte: Sistema: Abase Sistema e Soluções Ltda - Unidade Responsável: Secretária Municipal da Fazenda

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	PIB	% RCL
			(a /	(a /RCL)			(b /	(B /RCL)			x 100	(b /RCL)
Receita Total	37.264.912,00	35.807.544,92	125,69%	116,28%	35.467.095,00	32.762.966,23	114,24%	105,96%	38.891.915,00	34.564.812,98	114,29%	114,29%
Receitas Primárias (I)	34.473.656,00	33.125.450,18	116,28%	116,28%	32.897.494,00	30.389.280,12	105,96%	105,96%	36.151.215,00	32.129.042,39	106,24%	106,24%
Despesa Total	37.264.912,00	35.807.544,92	125,69%	125,69%	34.520.810,00	31.888.829,13	111,19%	111,19%	37.633.185,84	33.446.129,63	110,60%	110,60%
Despesas Primárias (II)	37.136.552,00	35.684.204,86	125,26%	125,26%	34.384.200,00	31.762.634,73	110,75%	110,75%	37.487.690,97	33.316.822,47	110,17%	110,17%
Resultado Primário (I - II)	- 2.662.896,00	- 2.558.754,68	- 8,98%	- 8,98%	- 1.488.706,00	- 1.373.354,61	- 4,79%	- 4,79%	- 1.336.475,97	- 1.187.780,08	- 3,93%	- 3,93%
Resultado Nominal	4.121.484,19	3.960.299,98	13,90%	13,90%	1.198.540,42	1.107.159,73	3,86%	3,86%	1.264.834,76	1.124.109,65	3,72%	3,72%
Dívida Pública Consolidada	988.057,85	949.416,60	3,33%	3,33%	940.116,99	868.439,36	3,03%	3,03%	958.058,32	851.465,05	2,82%	2,82%
Dívida Consolidada Líquida	- 2.128.037,44	- 2.044.813,53	- 7,18%	- 7,18%	- 2.081.265,39	- 1.922.582,83	- 6,70%	- 6,70%	- 2.046.203,61	- 1.818.543,65	- 6,01%	- 6,01%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%

Fonte: Sistema: Abase Sistemas e Soluções Ltda - Unidade Responsável: Secretária Municipal da Fazenda

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF. Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que e houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2015, 2016 e 2017) e os valores reestimados para o exercício atual (2018), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 3,01%, 2,68% e 2,64% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,07%, 4,02% e 3,94%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 495/2017 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2019. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Já na estimativa do montante da dívida consolidada para 2019, 2020 e 2021, utilizou-se, como parâmetros as amortizações atuais e futuras firmadas em contrato.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a fixação para o Exercício 2018.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO (2019), os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2019, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$37.264.912,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$2.391.256,00), das resultantes de Operações de Crédito (R\$0,00), das Alienações de Investimento s (R\$400.000,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$0,00), resultam numa Receita Primária de R\$34.473.656,00.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$37.264.912,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$78.360,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$10.000,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$40.000,00, tem-se que as despesas primárias para 2019 foram previstas em R\$37.136.552,00.
 - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2019 que foi inicialmente prevista em R\$-2.662.896,00 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO. O detalhamento do cálculo do Resultado Primário e nominal pelo Critério **ACIMA DA LINHA** é evidenciado na **Tabela 02**.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 03**.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS

EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)							R\$ 1,00		
ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	5.985.166,00	5.751.096,38		6.384.900,00	5.898.094,08		6.842.300,00	6.081.027,89	
Receitas Primárias RPPS (I)	3.734.866,00	3.588.801,77		3.981.500,00	3.677.937,26		4.278.300,00	3.802.297,71	
Despesa Total RPPS	5.985.166,00	5.751.096,38		6.384.900,00	5.898.094,08		6.842.300,00	6.081.027,89	
Despesas Primárias RPPS (II)	5.985.166,00	5.751.096,38		6.384.900,00	5.898.094,08		6.842.300,00	6.081.027,89	

Fonte: Sistema: Abase Sistemas e Soluções Ltda - Unidade Responsável: Secretaria Municipal da Fazenda

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019

TABELA 02 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	29.622.602,12	28.729.206,88	30.728.378,00	33.655.865,00	35.408.295,00	38.829.220,00
(-) Aplicações Financeiras em Geral	245.363,48	223.740,59	169.634,00	140.956,00	150.400,00	160.300,00
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	3.403.313,35	2.884.793,67	2.300.000,00	2.250.300,00	2.403.400,00	2.564.000,00
(-) Outras Receitas Financeiras	1.494,22	778,67	5.324,00	10.230,00	10.600,00	11.000,00
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	25.972.431,07	25.619.893,95	28.253.420,00	31.254.379,00	32.843.895,00	36.093.920,00
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	406.266,87	503.968,41	1.076.526,00	933.781,00	58.800,00	62.695,00
(-) Operações de Crédito	-	240,85	-	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	4.960,00	444,00	2.976,00	-	-	-
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanente	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	31.830,85	19.242,14	20.900,00	5.000,00	5.201,00	5.400,00
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	369.476,02	484.041,42	1.052.650,00	928.781,00	53.599,00	57.295,00
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	26.341.907,09	26.103.935,37	29.306.070,00	32.183.160,00	32.897.494,00	36.151.215,00

DESPEAS PRIMÁRIAS	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	23.456.916,18	25.278.856,56	27.682.051,25	29.217.843,00	31.876.000,00	34.884.170,33
(-) Juros e Encargos da Dívida	255.489,62	139.627,65	90.100,00	78.360,00	84.600,00	91.435,68
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	23.201.426,56	25.139.228,91	27.591.951,25	29.139.483,00	31.791.400,00	34.792.734,65
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	2.044.090,29	1.158.979,30	1.695.264,50	1.847.157,00	2.644.810,00	2.749.015,51
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	3.480,00	5.204,50	10.000,00	10.402,00	10.811,84
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado						
(-) Aquisição de Títulos de Crédito						

(-) Amortização da Dívida	701.062,94	244.770,63	56.000,00	40.000,00	41.608,00	43.247,36
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	1.343.027,35	910.728,67	1.634.060,00	1.797.157,00	2.592.800,00	2.694.956,32
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)	24.544.453,91	26.049.957,58	29.226.011,25	30.936.640,00	34.384.200,00	37.487.690,97

RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)	1.797.453,18	53.977,79	80.058,75	1.246.520,00	- 1.486.706,00	- 1.336.475,97
---	---------------------	------------------	------------------	---------------------	-----------------------	-----------------------

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos – Consolidação	526,23	-	200,00	259,77	165,66	225,32
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – União		-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-

4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos ee Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras Consolidação	3.583.440,21	3.057.166,63	1.735.188,00	2.996.021,81	2.806.152,03	2.715.460,23
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	3.583.966	3.057.167	1.735.388	2.996.282	2.806.318	2.715.686

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020	2.021
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	124.447,97	139.627,65	75.084,00	121.317,40	121.071,27	114.374,82
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos – Consolidação	-	-	-	-	-	-

3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	124.448	139.628	75.084	121.317	121.071	114.375

RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII)	5.256.971,65	2.971.516,77	1.740.362,75	4.121.484,19	1.198.540,42	1.264.834,76
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

**Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2019**

							R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	(c/a) x 100 %
Receita Total	34.066.691,00		138,13%	31.520.642,73		127,81%	- 2.546.048,27	-7,47%
Receita Primárias (I)	30.084.091,00		121,98%	28.482.274,24		115,49%	- 1.601.816,76	-5,32%
Despesa Total	34.066.691,00		138,13%	28.587.246,27		115,91%	- 5.479.444,73	-16,08%
Despesa Primárias (II)	33.589.019,00		136,20%	28.199.367,99		114,34%	- 5.389.651,01	-16,05%
Resultado Primário (I-II)	- 3.504.928,00		-14,21%	282.906,25		1,15%	3.787.834,25	-108,07%
Resultado Nominal	- 217.583,00		-0,88%	179.968,75		0,73%	397.551,75	-182,71%
Dívida Pública Consolidada	1.013.362,00		4,11%	886.293,03		3,59%	- 127.068,97	-12,54%
Dívida Consolidada							- 727.124,74	49,83%

FONTE: Sistema: Abase Sistemas e Soluções Ltda - Unidade Responsável: Secretaria Municipal da Fazenda

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2017), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$282.906,00, valor muito à cima da meta estabelecida, que era de R\$-3.504.928,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$28.482.274,00, abaixo em 5% a projeção para o período de R\$30.084.091,00. As despesas não financeiras atingiram R\$28.199.367,00, estabelecendo-se 16% abaixo da previsão orçamentária.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho pouco abaixo da meta estabelecida, apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um déficit de 7% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2017 o desempenho dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que frustraram a expectativa, respectivamente, em 1%, 22% e 5%.

A dívida consolidada totalizou R\$ 886.293,00, valor 12,5% inferior ao saldo de R\$ 1.013.362,00 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2017, R\$ 244.770,00, valor 22% menor que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$313.707,00.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2017, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$1.459.326,00. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$-2.186.450,00 que, comparado com o montante apurado ao final de 2016,

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação%	2021	Variação %
Receita Total	29.456.649,00	34.066.691,00	15,65%	36.286.459,00	6,52%	37.264.912,00	2,70%	35.467.095,00	-4,82%	38.891.915,00	9,66%
Receitas Primárias (I)	27.073.477,00	30.084.091,00	11,12%	32.566.016,00	8,25%	34.473.656,00	5,86%	32.897.494,00	-4,57%	36.151.215,00	9,89%
Despesa Total	29.456.649,00	34.066.691,00	15,65%	36.286.459,00	6,52%	37.264.912,00	2,70%	34.520.810,00	-7,36%	37.633.185,84	9,02%
Despesas Primárias (II)	28.721.650,00	33.589.019,00	16,95%	36.129.579,00	7,56%	37.136.552,00	2,79%	34.384.200,00	-7,41%	37.487.690,97	9,03%
Resultado Primário (I – II)	- 1.648.173,00	- 3.504.928,00	112,66%	- 3.563.563,00	1,67%	- 2.662.896,00	-25,27%	- 1.486.706,00	-44,17%	- 1.336.475,97	-10,10%
Resultado Nominal	- 1.241.743,00	- 217.583,00	-82,48%	- 4.070.065,68	1770,58%	4.121.484,19	-201,26%	1.198.540,42	-70,92%	1.264.834,76	5,53%
Dívida Pública Consolidada	1.304.333,00	1.013.362,00	-22,31%	946.000,10	-6,65%	988.057,85	4,45%	940.116,99	-4,85%	958.058,32	1,91%
Dívida Consolidada Líquida	1.241.743,00	- 1.459.326,00	-217,52%	- 1.929.308,00	32,21%	- 2.128.037,44	10,30%	- 2.081.265,39	-2,20%	- 2.046.203,61	-1,68%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %
Receita Total	31.707.235,96	35.286.278,54	11,29%	36.286.459,00	2,83%	35.807.544,92	-1,32%	32.762.966,23	-8,50%	34.564.812,98	5,50%
Receitas Primárias (I)	29.141.981,61	31.161.101,46	6,93%	32.566.016,00	4,51%	33.125.450,18	1,72%	30.389.280,12	-8,26%	32.129.042,39	5,72%
Despesa Total	31.707.235,96	35.286.278,54	11,29%	36.286.459,00	2,83%	35.807.544,92	-1,32%	31.888.829,13	-10,94%	33.446.129,63	4,88%
Despesas Primárias (II)	30.916.080,56	34.791.505,88	12,54%	36.129.579,00	3,85%	35.684.204,86	-1,23%	31.762.634,73	-10,99%	33.316.822,47	4,89%
Resultado Primário (I – II)	- 1.774.098,96	- 3.630.404,42	104,63%	- 3.563.563,00	-1,84%	- 2.558.754,68	-28,20%	- 1.373.354,61	-46,33%	- 1.187.780,08	-13,51%
Resultado Nominal	- 1.336.616,34	- 225.372,47	-83,14%	- 4.070.065,68	1705,93%	3.960.299,98	-197,30%	1.107.159,73	-72,04%	1.124.109,65	1,53%
Dívida Pública Consolidada	1.403.988,42	1.049.640,36	-25,24%	946.000,10	-9,87%	949.416,60	0,36%	868.439,36	-8,53%	851.465,05	-1,95%
Dívida Consolidada Líquida	1.336.616,34	- 1.511.569,87	-213,09%	- 1.929.308,00	27,64%	- 2.044.813,53	5,99%	- 1.922.582,83	-5,98%	- 1.818.543,65	-5,41%

Fonte: Sistema: Abase Sistema e Soluções Ltda - Unidade Responsável: Secretaria Municipal da Fazenda

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	19.849.012,92	91,32%	16.631.178,28	83,79%	16.131.127,16	96,99%
Reservas	-	0,00%	561.359,06	2,83%		0,00%
Resultado Acumulado	1.886.426,91	8,68%	2.656.475,58	13,38%	500.051,12	3,01%
TOTAL	21.735.439,83	100,00%	19.849.012,92	100,00%	16.631.178,28	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	4.343.944,39	130,10%	3.876.355,28	89,24%	3.821.763,54	98,59%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.005.109,04)	-30,10%	467.589,11	10,76%	54.591,74	1,41%
TOTAL	3.338.835,35	100,00%	4.343.944,39	100,00%	3.876.355,28	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	24.192.957,31	96,49%	20.507.533,56	84,77%	19.952.890,70	97,30%
Reservas	-	0,00%	561.359,06	2,32%	-	0,00%
Resultado Acumulado	881.317,87	3,51%	3.124.064,69	12,91%	554.642,86	2,70%
TOTAL	25.074.275,18	100,00%	24.192.957,31	100,00%	20.507.533,56	100,00%

FONTE: Sistema Abase Sistema e Soluções Ltda - Unidade Responsável: Secretária Municipal da Fazenda

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2015, 2016 e 2017), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", ou "Lucros ou Prejuízos Acumulados" o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº754/91, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor - FAPS sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2015 a 2017, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$20.507.533,56 em 31.12.2015 para R\$25.074.275,18 em 31.12.2017

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2017 com superavit, cujo principal fator foi responsabilidade da Gestão.

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017	2016	2015
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2015		-	77.308,82
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de Ativos (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	198,80	3.186,22	5.536,60

DESPESAS EXECUTADAS	2017	2016	2015
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	66.414,54	15.772,00
DESPEAS DE CAPITAL	-	66.414,54	15.772,00
Investimentos	-	66.414,54	15.772,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPEAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO		3.845,10	67.073,42
Valor (III)	4.043,90	3.845,10	67.073,42

FONTE: Sistema Abase Sistema e Soluções Ltda - Unidade Responsável: Secretaria Municipal da Fazenda

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Porto Xavier - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	5.925.145,33	6.823.322,56	2.800.068,08
Receita de Contribuições dos Segurados	1.678.621,24	802.912,15	652.638,46
Civil	1.678.621,24	802.912,15	652.638,46
Ativo	1.678.621,24	802.912,15	652.638,46
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais		1.678.689,77	1.988.600,92
Civil		0	0
Ativo		0	0
Inativo		0	0
Pensionista		0	0
Militar		0	0
Ativo		0	0
Inativo		0	0
Pensionista		0	0
Em Regime de Parcelamento de Débitos		373.681,26	181.834,72
Receita Patrimonial	2.816.885,38	3.313.004,37	2.089.241,08
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	2.816.885,38	3.313.004,37	2.089.241,08
Outras Receitas Patrimoniais		0	0
Receita de Serviços		0	0
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0	0
Outras Receitas Correntes	1.429.638,71	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	31.360,04	150.312,10	82.976,08
Demais Receitas Correntes	1.398.278,67	131.041,65	36.741,35
RECEITAS DE CAPITAL (II)		0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0	0
Amortização de Empréstimos		0	0
Outras Receitas de Capital		0	0
(-)Dedução da Receita		0	-24.786,81
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	5.925.145,33	6.823.322,56	5.007.245,80
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (IV)	10.138,61	8.598,92	11.831
Despesas Correntes	10.138,61	8.598,92	11.831
Despesas de Capital	0	0	0
PREVIDÊNCIA (V)	2.874.991,04	2.435.143,15	1.912.473
Benefícios - Civil	2.697.356,02	2.274.822,69	1.758.053
Aposentadorias	2.344.999,41	2.274.822,69	0
Pensões	352.356,61	0,00	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	177.635,02	160.320,46	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	177.635,02	160.320,46	154.420
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	2.885.129,65	2.443.742,00	1.924.304
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	3.040.015,68	4.379.580,00	3.082.941,36
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	2017	2016	2015
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO	2017	2016	2015
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	8,00	149.352,42
Investimentos e Aplicações	27.464.031,02	24.430.398,15	19.941.307,32
Outro Bens e Direitos	390.405,00	378.282,00	353.889,00

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPPS	2017	2016	2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0	0	0
Receita de Contribuições dos Segurados	0	0	0
Civil	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	0	0	0
Civil	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS	2017	2016	2015
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
PREVIDENCIA (XII)	0	0	0
Benefícios - Civil	0	0	0
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIARIO (XIV) = (X - XIII)	0	0	0
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2017	2016	2015
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo
2017	4.860.387,72	2.652.367,59	2.208.020,13	26.991.105,59
2027	7.691.735,81	4.427.687,14	3.164.048,67	55.548.111,87
2037	11.948.429,48	7.811.569,15	4.136.860,33	94.443.533,28
2047	14.417.532,56	10.530.282,36	3.887.250,20	132.529.148,88
2057	19.691.110,10	13.264.403,05	6.426.707,05	185.287.347,24
2067	18.290.424,76	16.241.019,59	2.049.405,17	252.114.470,29
2077	19.541.606,17	19.538.410,74	3.195,43	262.797.200,66

FONTE: Sistema Abase Sistema e Soluções Ltda - Unidade Responsável: Secretaria Municipal da Fazenda

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2015, 2016 e 2017, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2017.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal - RGF.

Município de Porto Xavier - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
IPTU	ISENÇÃO	APOSENTADOS	4.559,00	4.742,27	4.929,12	Vide Obsevação Abaixo
0	0	0	-	-	-	
			-	-	-	
			-	-	-	
			-	-	-	
			-	-	-	
TOTAL			4.559,00	4.742,27	4.929,12	-

Fonte: Sistema Abase Sistema e Soluções Ltda - Unidade Responsável:Secretaria Municipal da Fazenda

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2019 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2020 e 2021, foram claculados a partir dos valores de 2019, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2020: 4,02%

Inflação para 2021: 3,94%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Porto Xavier - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2019
Aumento Permanente da Receita	648.050,69
Decorrente de Receitas Tributárias	253.654,99
Decorrente de Transferências Correntes	394.395,70
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(134.418,56)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	513.632,12
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	513.632,12
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(355.130,76)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	1.331.150,45
Relativas a Outras Despesas Correntes	(1.686.281,22)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	868.762,89

Fonte: Sistema Abase Sistema e Soluções Ltda - Unidade Responsável:Secretaria Municipal da Fazenda

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2019 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2018-2019

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2019, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2018-2019 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das

Município de Porto Xavier - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2019

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
	100.000,00	Abertura de créditos adicionais apartir da Reserva de Contingência	100.000,00
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Riscos causados pelos eventos da Natureza	100.000,00	Abertura de créditos adicionais apartir da Reserva de Contingência	100.000,00
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
CLASSIFICAÇÃO DE METAS POR ÓRGÃOS

01 - LEGISLATIVO							
<i>Programa: 0001 GESTÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	001	Apoio Administrativo do Poder Legislativo	01	0031	0	1,00	1.568.515,00
Total Geral por Órgão							1.568.515,00
02 - GABINETE DO PREFEITO							
<i>Programa: 0002 GESTÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	001	Equipamentos e Materiais Permanentes para Gabinete do Prefeito e suas Assessorias	04	0122	0	5,00	4.500,00
2 - Atividade	002	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	04	0122	0	1,00	507.028,00
2 - Atividade	003	Manutenção da Procuradoria Jurídica	02	0061	0	1,00	171.481,00
2 - Atividade	004	Manutenção da Assessoria de Imprensa	04	0131	0	1,00	59.954,00
2 - Atividade	005	Manutenção das Atividades de Controle Interno	04	0124	0	1,00	74.709,00
2 - Atividade	006	Manutenção das Atividades da Junta de Serviço Militar, Convênio com Secretaria da Justiça e Segurança e SINE	14	0422	0	1,00	63.276,00
2 - Atividade	007	Apoio aos Conselhos Municipais	04	0032	0	1,00	1.800,00
<i>Programa: 0003 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	004	Equipamentos e Materiais Permanentes para Conselho Tutelar	08	0243	0	2,00	2.900,00
1 - Projeto	005	Equipamentos e Materiais Permanentes para Casa de Passagem	08	0243	0	2,00	3.000,00
1 - Projeto	151	Construção de Sede para Casa de Passagem Municipal	08	0243	0	0,00	150.000,00
2 - Atividade	008	Manutenção do Conselho Tutelar	08	0243	0	1,00	180.984,00
2 - Atividade	009	Manutenção da Casa de Passagem Municipal	08	0243	0	1,00	269.376,00
2 - Atividade	097	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente	08	0243	0	1,00	33.500,00
<i>Programa: 0038 SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	108	Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC	06	0182	0	1,00	5.500,00
Total Geral por Órgão							1.528.008,00
03 - SECRETARIA MUNIC. DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO							
<i>Programa: 0004 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	006	Equipamentos e Materiais Permanentes para SMCP	04	0121	0	2,00	3.500,00
1 - Projeto	007	Levantamentos, Estudos, Projetos e Consultorias	04	0121	0	1,00	20.000,00
2 - Atividade	010	Apoio Administrativo à SMCP	04	0121	0	1,00	259.227,00
Total Geral por Órgão							282.727,00
04 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO							
<i>Programa: 0005 GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	008	Equipamentos e Materiais Permanentes para SMA	04	0122	0	2,00	5.500,00
1 - Projeto	009	Construção Nova Sede Prefeitura	04	0122	0	1,00	200.000,00
2 - Atividade	011	Apoio Administrativo à SMA e Manutenção do Departamento de Controle Administrativo	04	0122	0	1,00	592.245,00
2 - Atividade	012	Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	04	0122	0	1,00	133.591,00
2 - Atividade	013	Manutenção do Departamento de Compras e Licitação	04	0122	0	1,00	108.587,00
2 - Atividade	014	Manutenção do Convênio com Justiça Eleitoral	14	0422	0	1,00	2.700,00
<i>Programa: 0006 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	015	Capacitação e Aperfeiçoamento	04	0128	0	30,00	12.700,00

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
CLASSIFICAÇÃO DE METAS POR ÓRGÃOS

Programa: 0007 DIVULGAÇÃO OFICIAL, INSTITUCIONAL E EVENTOS

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	016	Divulgação Oficial, Institucional de Atos e de Eventos	04	0131	0	1,00	67.500,00
2 - Atividade	017	Realização de Atos e Eventos	04	0131	0	4,00	20.000,00

Programa: 0037 PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	096	Manutenção do Fundo de Aposentadoria e Pensão	09	0272	0	1,00	3.676.980,00

Total Geral por Órgão **4.819.803,00**

05 - SECRETARIA MUNIC. DA FAZENDA

Programa: 0008 GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	012	Equipamentos e Materiais Permanentes para Departamento Contabilidade	04	0123	0	1,00	5.500,00
1 - Projeto	013	Equipamentos e Materiais Permanentes para Departamento Fiscalização e Controle de Impostos	04	0129	0	1,00	5.500,00
2 - Atividade	018	Manutenção Departamento Contabilidade	04	0123	0	1,00	340.138,00
2 - Atividade	019	Manutenção Departamento Fiscalização e Controle de Impostos	04	0129	0	1,00	543.980,00

Total Geral por Órgão **895.118,00**

06 - SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA, ABAST. E MEIO AMB.

Programa: 0009 PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	020	Incentivo à Produção de Alimentos de Origem Vegetal	20	0601	0	1,00	5.000,00
2 - Atividade	021	Incentivo à Produção de Alimentos de Origem Animal	20	0602	0	1,00	10.000,00
2 - Atividade	022	Realização de Feiras Agropecuárias	20	0605	0	2,00	25.000,00

Programa: 0010 APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	015	Equipamentos e Materiais Permanentes para SMAAMA	20	0606	0	2,00	5.500,00
1 - Projeto	017	Ampliação da Patrulha Agrícola	20	0606	0	2,00	113.063,00
2 - Atividade	026	Gestão da SMAAMA	20	0606	0	1,00	341.029,00
2 - Atividade	027	Assistência Técnica e Prestação de Serviços aos Produtores	20	0606	0	1,00	153.599,00
2 - Atividade	028	Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura	20	0605	0	1,00	10.000,00
2 - Atividade	029	Manutenção do Departamento de Patrulha Agrícola	20	0606	0	1.000,00	201.724,00

Programa: 0011 GESTÃO AMBIENTAL

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	018	Equipamentos e Materiais Permanentes para Departamento de Meio Ambiente	18	0541	0	1,00	4.086,00
2 - Atividade	030	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente	18	0541	0	1,00	93.798,00
2 - Atividade	031	Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente	18	0541	0	1,00	9.000,00

Total Geral por Órgão **971.799,00**

07 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO

Programa: 0012 GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	019	Equipamentos e Materiais Permanentes para SMECD	12	0122	0	10,00	6.800,00
2 - Atividade	032	Gestão da SMECD	12	0122	0	1,00	661.169,00
2 - Atividade	033	Capacitação/Formação Continuada dos Profissionais da Educação e Conselheiros	12	0128	0	1,00	10.000,00

Programa: 0013 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	022	Aquisição de Equipamentos e Material Didático-pedagógico para Ensino Fundamental	12	0361	0	100,00	9.800,00
1 - Projeto	023	Construção, Ampliação, Melhorias e Reformas nas Escolas de Educação Infantil	12	0365	0	1,00	20.000,00
1 - Projeto	024	Construção, Ampliação, Melhorias e Reformas nas Escolas de Ensino Fundamental	12	0361	0	1,00	25.000,00

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
CLASSIFICAÇÃO DE METAS POR ÓRGÃOS

1 - Projeto	142	Equipamentos e Material Didático-pedagógico - Creche	12	0365	0	100,00	5.500,00
1 - Projeto	143	Equipamentos e Material Didático-pedagógico - Pré-escola	12	0365	0	100,00	5.500,00
2 - Atividade	035	Manutenção da Educação Ensino Fundamental	12	0361	0	1,00	2.305.246,00
2 - Atividade	036	Atendimento Educacional à Pessoa Portadora de Deficiências e Altas Habilidades	12	0367	0	1,00	170.000,00
2 - Atividade	099	Manunção da Educação Infantil - Creche	12	0365	0	1,00	1.551.277,00
2 - Atividade	100	Manutenção da Educação Infantil - Pré-escola	12	0365	0	1,00	1.362.265,00

Programa: 0014 APOIO AO ENSINO SUPERIOR

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	037	Auxílio Universitário e Profissionalizante	12	0364	0	1,00	70.000,00

Programa: 0015 ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	039	Manutenção da Merenda Escolar no Ensino Fundamental	12	0361	0	1,00	95.920,00
2 - Atividade	040	Manutenção da Merenda Escolar na Educação Especial	12	0367	0	1,00	8.080,00
2 - Atividade	103	Manutenção da Merenda Escolar na Educação Infantil - Creche	12	0365	0	1,00	70.000,00
2 - Atividade	104	Manutenção da Merenda Escolar na Educação Infantil - Pré-escola	12	0365	0	1,00	96.800,00

Programa: 0016 TRANSPORTE ESCOLAR

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	042	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	12	0361	0	1,00	1.424.329,00
2 - Atividade	043	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio	12	0362	0	1,00	266.040,00
2 - Atividade	044	Manutenção do Transporte Escolar da Educação Especial	12	0367	0	1,00	3.000,00
2 - Atividade	102	Manutenção do Transporte Escolar na Educação Infantil - Pré-escola	12	0365	0	1,00	225.080,00

Programa: 0017 DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	029	Equipamentos e Materiais Permanentes para o Desenvolvimento da Cultura e da Arte	13	0392	0	5,00	2.200,00
1 - Projeto	030	Criação, Implementação e Reforma de Espaços Culturais	13	0392	0	1,00	10.000,00
2 - Atividade	045	Manutenção do Departamento de Cultura	13	0392	0	1,00	49.743,00
2 - Atividade	046	Realização de Eventos Histórico-artístico-culturais	13	0392	0	2,00	6.850,00

Programa: 0018 APOIO AO ESPORTE E LAZER

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	031	Equipamentos e Materiais Permanentes para Práticas Esportivas	27	0812	0	20,00	2.100,00
1 - Projeto	032	Construção e Melhorias de Espaços Esportivos	27	0812	0	1,00	16.000,00
1 - Projeto	150	Revitalização do Estádio Municipal	27	0812	0	1,00	100.000,00
2 - Atividade	047	Realização de Campeonatos, Encontros e Eventos Esportivos	27	0812	0	1,00	30.300,00
2 - Atividade	048	Manutenção do Fundo Municipal de Desporto	27	0812	0	1,00	65.410,00

Programa: 0019 ACESSO À TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	033	Disponibilização de Internet Pública em Espaços Públicos de Lazer e Cultura	24	0722	0	5,00	15.000,00
2 - Atividade	049	Manutenção do Telecentro Comunitário	19	0573	0	1,00	75.857,00
2 - Atividade	050	Acesso à Tecnologias da Informação nas Escolas da Rede Pública Municipal	19	0573	0	10,00	11.000,00

Total Geral por Órgão

8.776.266,00

08 - SECRETARIA MUNIC. DE SAÚDE

Programa: 0020 GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	034	Aquisição de Veículos para SMS	10	0302	0	1,00	40.000,00
1 - Projeto	035	Equipamentos e Materiais Permanentes para SMS	10	0302	0	5,00	5.800,00
1 - Projeto	036	Construção, Ampliação e Reforma das UBS, Postos de Saúde, Consultório Odontológicos	10	0301	0	1,00	17.000,00
2 - Atividade	051	Manutenção do Fundo Municipal da Saúde	10	0302	0	1,00	2.041.637,00

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
CLASSIFICAÇÃO DE METAS POR ÓRGÃOS

<i>Programa: 0021 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	053	Saúde da Família	10	0301	0	20.000,00	1.182.437,00
2 - Atividade	054	Saúde Bucal	10	0301	0	5.000,00	75.400,00
2 - Atividade	055	Próteses Dentárias	10	0301	0	650,00	64.000,00
2 - Atividade	056	Agentes Comunitários de Saúde	10	0301	0	26,00	660.092,00
2 - Atividade	057	Núcleo de Apoio à Saúde da Família	10	0301	0	1,00	268.661,00
2 - Atividade	058	Programa de Atenção Básica	10	0301	0	1,00	202.700,00
2 - Atividade	059	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	10	0302	0	1,00	418.964,00
2 - Atividade	060	Academia da Saúde	10	0301	0	1,00	30.120,00
2 - Atividade	061	Saúde na Escola	10	0301	0	1,00	5.000,00
2 - Atividade	062	Teto Municipal de Média e Alta Complexidade	10	0302	0	1,00	84.200,00

<i>Programa: 0022 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	064	Aquisição e Distribuição de Medicamentos	10	0301	0	20.000,00	417.960,00
2 - Atividade	098	Aquisição e Dispensação de Fraldas	10	0301	0	1,00	66.160,00

<i>Programa: 0023 ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SAÚDE</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	037	Equipamentos e Materiais Permanentes para CAPS	10	0301	0	5,00	4.000,00
2 - Atividade	066	Apoio ao Centro de Atenção Psicossocial	10	0301	0	1,00	806.919,00
2 - Atividade	067	Apoio ao Programa Primeira Infância Melhor	10	0301	0	1,00	125.463,00

<i>Programa: 0024 VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	038	Equipamentos e Materiais Permanentes para Vigilância em Saúde	10	0305	0	1,00	2.371,00
2 - Atividade	068	Vigilância Sanitária	10	0304	0	1,00	7.400,00
2 - Atividade	069	Campanha de Vacinação	10	0305	0	1,00	2.940,00
2 - Atividade	070	Vigilância Epidemiológica e Ambiental	10	0305	0	1,00	230.871,00

Total Geral por Órgão	6.760.095,00					
------------------------------	---------------------	--	--	--	--	--

09 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
<i>Programa: 0025 GESTÃO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA</i>

Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	039	Equipamentos e Materiais Permanentes para SMOI	04	0122	0	5,00	3.500,00
1 - Projeto	041	Nova Sede para SMOI	04	0122	0	1,00	100.000,00
2 - Atividade	071	Apoio Administrativo da SMOI	04	0122	0	1,00	964.675,00

<i>Programa: 0026 ILUMINAÇÃO PÚBLICA</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	072	Manutenção do Fundo Municipal de Iluminação Pública	25	0752	0	1,00	291.388,00

<i>Programa: 0027 MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E CEMITÉRIO PÚBLICO</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	073	Conservação e Manutenção de Praças, Parques, Jardins e Cemitérios Públicos	15	0451	0	1,00	82.414,00

<i>Programa: 0028 INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS E RURAIS</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Funcão	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	042	Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias	26	0782	0	1.000,00	1.155.718,00
1 - Projeto	044	Construção de Abrigos em Paradas de Ônibus	26	0782	0	3,00	5.000,00
2 - Atividade	074	Manutenção da Malha Viária, Pontes e Bueiros	26	0782	0	700,00	997.272,00
2 - Atividade	075	Manutenção de Áreas para Remoção de Cascalho	26	0782	0	1,00	2.000,00
2 - Atividade	076	Sinalização de Vias, Controle e Segurança do tráfego Urbano	26	0782	0	1,00	77.625,00

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
CLASSIFICAÇÃO DE METAS POR ÓRGÃOS

<i>Programa: 0029 SANEAMENTO BÁSICO</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	077	Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água, Monitoramento e Tratamento	17	0511	0	1,00	365.156,00
2 - Atividade	078	Manutenção da Limpeza Pública	17	0512	0	1,00	297.264,00
2 - Atividade	079	Manutenção do Sistema de Coleta e Destinação Final dos Resíduos Sólidos	17	0512	0	1,00	441.500,00
2 - Atividade	080	Mapeamento, Manutenção da Rede de Drenagem Pluvial	17	0512	0	1,00	9.000,00
2 - Atividade	081	Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário	17	0512	0	1,00	81.947,00
Total Geral por Órgão							4.664.459,00

10 - SECRETARIA MUNIC. DE DESENV. TURISMO E MERCOSUL							
<i>Programa: 0030 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	047	Instalação e Manutenção do Balcão de Negócios	04	0121	0	1,00	3.600,00
1 - Projeto	048	Estabelecimento de Parcerias Público-privadas para o Desenvolvimento	04	0121	0	1,00	2.300,00
2 - Atividade	082	Fomento e Apoio ao Planejamento do Desenvolvimento Local	04	0121	0	1,00	2.400,00

<i>Programa: 0031 DESENVOLVIMENTO DO MERCOSUL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	049	Infraestrutura ligada ao Mercosul - Free Shops, Área Aduaneira, etc.	07	0212	0	1,00	5.000,00
2 - Atividade	083	Fomento e Apoio à Relações Internacionais	07	0211	0	1,00	4.000,00

<i>Programa: 0032 PROMOÇÃO DO TURISMO</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	050	Equipamentos e Materiais Permanentes para a SDTM	23	0695	0	2,00	5.500,00
1 - Projeto	051	Construção, Ampliação, Reforma e Melhorias na Infraestrutura Turística	23	0695	0	1,00	19.600,00
2 - Atividade	084	Apoio Administrativo SDTM	23	0695	0	1,00	162.137,00
2 - Atividade	085	Realização, Participação e Apoio à Feiras e Eventos Turísticos	23	0695	0	2,00	7.000,00
Total Geral por Órgão							211.537,00

11 - SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO							
<i>Programa: 0033 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	052	Equipamentos e Materiais Permanentes para SMASH	08	0244	0	5,00	2.940,00
1 - Projeto	141	Ampliação do Prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social	08	0244	0	0,00	7.000,00
2 - Atividade	086	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	08	0244	0	1,00	544.820,00
2 - Atividade	087	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	08	0241	0	1,00	32.269,00

<i>Programa: 0034 DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	053	Equipamentos e Materiais Permanentes para Departamento de Habitação	16	0482	0	1,00	1.900,00
2 - Atividade	088	Manutenção do Departamento de Habitação	16	0482	0	1,00	43.240,00
2 - Atividade	089	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	16	0482	0	1,00	15.000,00

<i>Programa: 0035 REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
1 - Projeto	003	Bens Permanentes para CRAS	08	0244	0	5,00	6.900,00
2 - Atividade	090	Gestão do Programa Bolsa Famílias e Cadastro Único	08	0244	0	1,00	30.200,00
2 - Atividade	091	Gestão do SUAS	08	0244	0	1,00	11.200,00
2 - Atividade	092	Proteção Social Básica	08	0244	0	1,00	168.648,00
2 - Atividade	093	Orientação e Apoio Sócio Familiar	08	0244	0	1,00	9.064,00

<i>Programa: 0036 REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</i>							
Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
2 - Atividade	094	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	08	0244	0	1,00	112.600,00

MUNICIPIO DE PORTO XAVIER - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
CLASSIFICAÇÃO DE METAS POR ÓRGÃOS

Total Geral por Órgão	985.781,00
------------------------------	-------------------

12 - OPERAÇÕES ESPECIAS

<i>Programa: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS (Ações não integrantes do PPA)</i>

Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
0 - Op. Especia	001	Amortização da Dívida Pública	28	0844	0	1,00	1.676.090,00
0 - Op. Especia	002	Pagamento de Sentenças Judiciais	28	0846	0	1,00	210.000,00
0 - Op. Especia	003	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	28	0846	0	1,00	47.421,00
0 - Op. Especia	004	Contribuição PASEP	28	0846	0	1,00	333.347,00
0 - Op. Especia	007	Devoluções de Transferências Voluntárias	28	0845	0	1,00	1.000,00

Total Geral por Órgão	2.267.858,00
------------------------------	---------------------

99 - RESERVA DE CONTIGENCIA

<i>Programa: 0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA E RESERVA DO RPPS</i>

Tipo	Cód.	Ação	Função	Subfunção	Unid.	Meta Fisica	2019
0 - Op. Especia	005	Reserva de Contingência da Prefeitura Municipal	99	0999	0	1,00	1.014.760,00
0 - Op. Especia	006	Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	99	0997	0	1,00	2.308.186,00

Total Geral	37.264.912,00
--------------------	----------------------

MUNICÍPIO DE:								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019								
ANEXO IV								
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO								
(Art. 45 da LRF)								
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2019		
			ATÉ EXERC ANTERIOR - 2017	NO EXERCÍCIO DE 2018	A EXECUTAR EM 2019	S EM EXECUÇÃO	ÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
A 073 - Manutenção de Praças, Parques, Jardins e Cemitério Público							82.414,00	
A 074 - Manutenção da Malha Viária, Pontes e Boeiros							997.272,00	
P 041 - Nova Sede para SMOI		200.000,00		50,00%	50,00%			
P 009 - Construção da Nova Sede da Prefeitura		600.000,00		33,00%	33,00%			
P 150 - Revitalização do Estádio Municipal		300.000,00		33,00%	33,00%			
P 151 - Construção da Casa de Passagem		150.000,00		100,00%				
Total dos Recursos a Priorizar					550.000,00		- 997.686,00	-